

AMAMENTAR: A QUEM CABE ESTA DECISÃO?

TO BREASTFEED: TO WHOM IS THIS DECISION?

Luciane Thomé Schröder¹
 Juliana de Sá França²
 Clarice Cristina Corbari³

RESUMO: Objetiva-se, com este trabalho, oportunizar uma reflexão, à luz da Análise do Discurso, a respeito de campanhas publicitárias em defesa da amamentação. Entende-se que uma discussão sobre esse discurso, que vem ganhando espaço na sociedade, merece uma avaliação, sobretudo, quando o tema parece transpor a esfera do discutível, porque é dado como não polêmico. O que se coloca como problemática – e que não incide sobre os benefícios do aleitamento materno – é a questão de como, por meio dessas campanhas, verifica-se uma questão social a respeito do tratamento que o corpo feminino passa a receber quando políticas públicas entram em cena, assumindo como responsabilidade sua uma escolha que deveria caber exclusivamente à mulher. A discussão coloca em pauta uma prática discursiva de desapropriação do próprio corpo que a mãe passa a sofrer quando as instâncias públicas sustentam unilateralmente o discurso da amamentação, expondo, publicamente, pelo não-dito, as mulheres que, por escolha ou impossibilidade, não venham a amamentar. Propagam-se, nessa ordem discursiva, avaliações questionáveis sobre a boa mãe (que se doa inteiramente à maternidade) e a má mãe (que, ao optar pelo não aleitamento materno, passa a ser vista como menos dedicada ao filho e, pior, como aquela que o priva de uma melhor saúde). As campanhas que compõem o *corpus* deste estudo revelam práticas de silenciamento que provocam um complexo processo da ordem da não autonomia da mulher sobre o próprio corpo.

PALAVRAS-CHAVE: mulher, mãe, amamentação.

ABSTRACT: This paper aims to provoke a reflection, in the light of Discourse Analysis, on advertising campaigns in defense of breastfeeding. We understand that a discussion on this discourse, which is becoming more popular in society, deserves a review, especially when the subject seems to transpose the field of the debatable, since it is given as non-controversial. What stands as problematic – which does not relate to the benefits of breastfeeding – is the existence, in these campaigns, of a social problem concerning the treatment that the female body receives when public policies come into play, taking as their responsibility a choice that should be left exclusively to women. The discussion focuses on a discursive practice of expropriation of the mother's own body when public authorities unilaterally support the

¹ Doutora em Estudos da Linguagem - Área de Concentração em Estudos do Texto e do Discurso pela Universidade Estadual de Londrina. Docente do Curso de Graduação em Letras da Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon (e-mail: itschroder@gmail.com)

² Doutoranda em Letras - Área de Concentração: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Docente do Curso de Graduação em Letras da Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon (e-mail: julianajornalista@yahoo.com.br).

³ Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia. Docente do Curso de Graduação em Letras da Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon (e-mail: ccorbari@yahoo.com.br).

discourse of breastfeeding, publicly exposing, through the unsaid, the women who, by choice or impossibility, do not breastfeed. This discursive order conveys questionable judgments on the good mother (the one who gives herself entirely to maternity) and the bad mother (the one who, by choosing not to breastfeed, is seen as less dedicated to the child and, even worse, as the one that deprives her child of better health). The campaigns that comprise the corpus of this study reveal silencing practices that cause a complex process of non-autonomy of women over their own bodies.

KEYWORDS: woman, mother, breastfeeding.

RECUSA AOS DISCURSOS INSTITUÍDOS

As reflexões tecidas neste artigo sustentam-se numa bandeira: a da liberdade incondicional a que todas as pessoas, independentemente do sexo, da raça, da religião ou de qualquer outro aspecto que as marque – sob a mirada de determinada parcela social – como sujeitos pertencentes ao ‘fora do lugar’, têm por direito. Entende-se, de antemão, que o fazer calar, sob qualquer circunstância, é uma agressão à condição humana. Compreendem-se, nesse sentido, os diferentes espaços sociais e seus sujeitos como parte de um universo maior porque sabido como multicultural. Sendo os sujeitos constituídos pelo atravessamento da diversidade que os singulariza numa falsa ‘identidade’ pré-estabelecida, pontua-se, neste momento, que o desejo é o de somar-se, imiscuir-se, perder-se até, na entoada que, com vigor, vem, pouco a pouco, ganhando um espaço significativo na sociedade e, em destaque, na sociedade acadêmica.

Os gestos simbólicos de temas e matizes que se abrem e se explicitam, enfim, ocupam seus espaços; espaços que sempre existiram, mas que, por práticas discursivas moralizantes, foram, durante tanto tempo, negados.

Marcado o lugar de onde enunciamos, ainda que nunca inteiramente conscientes na condição de sujeitos enunciadores, corrobora-se a tese de que a diversidade que muitos recusam é o fundamento que permite, inclusive, aos homens que movimentam as ideologias dominantes existirem.

Na percepção de que é *na* e *pela* prática do silenciamento que, muitas vezes, as ideologias fortalecem seus discursos, negando ao outro o *a si mesmo*, ditando os modos de ser e pensar, que a análise a ser apresentada, por se configurar num ‘sempre já aí’, requer atenção.

Frente a uma sociedade que insiste em negar movimentos e discursos que entoam ‘outras’ canções, fazem-se necessárias as lutas por novos cenários: mais legítimos, mais reais. Os corpora que se apresentam neste trabalho enquadram-se nos discursos politicamente

corretos. São representantes de uma legitimidade ímpar, mas que ousamos recusar, pois o tema vem sofrendo, no decorrer da sua história, um amordaçamento, tão legítimo quanto a naturalização pela qual os sujeitos que se constituem a partir dele se encontram.

Num primeiro momento, pode-se duvidar de que há, efetivamente, uma discussão profícua na temática Mulher-Mãe-Amamentação, por tudo o que se diz delas: da mulher, da mãe, da amamentação. Portanto, primeiramente, é preciso deixar esclarecido que essa tríade não é natural. Ela é, como tantos outros temas, composta de discursos e, por isso, de cursos em movimento. Toda a estabilização que se julga soberana e acima de questionamentos clama por reavaliação. E é nesse sentido que vislumbramos o quadro hoje posto sobre a prática da amamentação e, com ela, outras questões, como as que se apresentam na citação a seguir:

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições e frustrações. Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento, e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escape ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É 'adicional' (BADINTER, 1985, p. 367).

Na recusa 1) de que ser mãe faz parte do instinto materno – portanto, de uma vontade inata da mulher, 2) na recusa de que há um 'jeito' de ser mãe melhor e mais correta e 3) na recusa aos discursos da amamentação, cremos que o ponto 3) vem se somar ao que anteriormente afirmamos ser uma violação de direitos, no caso, do direito da mulher em relação ao próprio corpo. Ser mulher implica aceitar muitos papéis; mais que isso, implica assumi-los. A história construiu um legado feminino de submissões sem precedentes que urge ser analisado.

Por meio das imagens que apresentamos para reflexão, toca-se numa das feridas que, sobrepondo-se à questão do amamentar, implica, de uma forma muito complexa, outro movimento discursivo: o da questão da soberania da mulher em relação ao seu corpo, quando esse sujeito se vê aliciado pela ordem discursiva das instituições cuja autoridade permite definir como a mulher deve compreender o que só caberia a ela definir. Questionamos, portanto, as evidências do discurso que sustenta o tema da amamentação, pois “uma boa parte das verdades morais, e das mais belas sentenças dos autores é deste tipo: muitas vezes elas

não dizem nada de novo, mas nos fazem pensar corretamente naquilo que sabemos” (LEIBNIZ apud PÊCHEUX, 1997, p. 111).

Antes de prosseguirmos, a ressalva necessária: a reflexão tecida não questiona os benefícios do aleitamento materno, mas, sim, como essa temática de cunho íntimo e particular é reconduzida e se torna pauta pública, o que, a nosso ver, acarreta consequências.

FEMININO E MASCULINO: O *DADO* EM SUSPENSE

Abrimos, nesta seção, um parêntese para apresentar uma breve reflexão sobre um conceito de gênero que se conduz pelo fio discursivo das práticas de poder. No tocante ao que os discursos senso comum pregam, sabe-se que eles partem da premissa de que vivemos numa sociedade unida por duas castas perfeitas: homens e mulheres geram outros homens e mulheres e garantem, assim, a perpetuação imaculada da raça humana. Problematizando essas duas faces da mesma moeda, ambas incrustadas nos discursos ideológicos de instituições como a religiosa e a jurídica, o discurso *já dado* pela representação jurídico-cristã se refrata. A língua, na sua opacidade, afirma que homens e mulheres são iguais, mas o discurso da diversidade se assenta, toma seu espaço, e outros efeitos de sentido passam a ocupar o espaço estabelecido pelos discursos obedientes às lógicas das ideologias dominantes. As mulheres, no caso, não são todas iguais; construíram-nas iguais: tornaram-nas mães, filhas, profissionais, esposas, amantes, adúlteras, santas, pecadoras. E negaram-lhes o direito de serem homossexuais, por exemplo. A entrada do discurso da diversidade que desmobiliza a definição ‘masculino e feminino’ torna complexo o que se desejava simples. Já não se pode mais falar em gênero como duas partes, mas, sim, como

[...] várias sub-partes ligadas entre si, mas [que] deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 1989, p. 21 – grifos nossos).

E porque *a mudança não segue necessariamente um sentido único*, mas bifurca-se por caminhos tortuosos, refletir a condição da mulher em/na sociedade requer tomada de decisão

e posicionamento, pois, mais do que simplesmente salvaguardar um espaço em que a mulher tenha voz, significa ressignificar seus fundamentos, assumir que seu papel não está dado, suas escolhas não estão definidas, seus desejos podem ser outros e o corpo que carrega sua alma *lhe pertence*. Retoma-se, assim, o fato de que o conceito de gênero desliza, sim, pelas esferas de poder.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (SCOTT, 1989, p. 21).

Não se trata de uma ameaça ao sistema (quanta ousadia haveria nisso!); trata-se, apenas, de conceber a existência de outros discursos ao lado dos já estabelecidos: tão legítimos quanto os legitimados que definem o ser ‘mulher’.

DISCURSO, PROCESSO DISCURSIVO, CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Partimos do entendimento de que falar sobre o gênero feminino e as problemáticas que o tocam é um ato de desvelamento, porque, reiteramos, os discursos que envolvem a mulher, sobretudo aqueles inclusos nas formações discursivas oriundas da religião, das práticas médico-científicas e dos aparelhos de estado e jurídico representam as vozes sociais autorizadas, isto é, as vozes tidas como veiculadoras da verdade em benefício de uma coletividade. Mas como vozes que representam os aparelhos ideológicos do estado, elas são as responsáveis pela disseminação dos discursos que organizam de modo determinativo a vida social. Todo o comportamento do sujeito está à mercê da censura dessas organizações sociais. E a questão-problema que este estudo coloca é o fato de haver um processo silencioso de naturalização na aceitação dos discursos propagados – no caso, pelo Estado – que simulam se tratar de uma orientação, quando, a nosso ver, revelam uma ordem discursiva de apagamento da autonomia da pessoa, *invadindo* – em nome de uma causa que se diz social – questões relativas à vida privada do sujeito.

Pêcheux (1997) elucidada esse processo por meio da seguinte passagem:

Compreende-se melhor, agora, de que modo o que chamamos ‘domínios de pensamento’ (cf. pp. 199 e 124) se constitui sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, com, simultaneamente, aquilo que lhe é dado a ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc. (PÊCHEUX, 1997, p. 161).

O que Pêcheux (1997) define como *domínio de pensamento*, ainda que imprescindível para que as relações sociais se efetivem aceitavelmente dentro de determinados padrões de sociabilidade, revela-se um poderoso sistema de crenças e valores que automatizam o comportamento/pensamento de uma coletividade, e suas consequências não podem ser ignoradas. Quando uma mulher engravida, além do bebê, cabe-lhe carregar, sem questionamentos, um arsenal discursivo que a destitui de um papel – o de mulher –, passando, então, a sofrer um processo que ‘naturalmente’ a faz migrar para o papel de ‘mãe’. Se algumas mulheres transitam tranquilamente pelas mudanças que ocorrem na sua vida pessoal e profissional com a chegada de uma criança, as que ‘ousam’ sofrer com o processo de uma gravidez têm duas opções: ou confinam-se ao silêncio (e à resignação), ou veem-se nas mãos de psicólogos, psiquiatras ou qualquer outra pessoa (e/ou entidade) que lhe propicie o auxílio emocional necessário para que a mãe seja reconduzida ao campo discursivo já definido para elas. Ainda que a colocação soe simplista ou generalizante, seu objetivo é apenas apontar que há, nessa sociedade massificadora, ‘opções’ a dispor das pessoas em busca da normalidade (ou ‘enquadramento’).

Caminho sem volta: o sujeito mulher-mãe, no processo de gestação, ou nos primeiros dias de vida do filho, tomará ciência de que a ela cabe, sem recusas e ‘naturalmente’, desprender-se de si para doar-se ao outro, cumprindo-se, assim, um *continuum*, de modo que “[...] os traços daquilo que determina (o sujeito), são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (PÊCHEUX, 1997, p. 163).

O discurso posto em cena neste trabalho é o da amamentação que ganhou espaço e importância na mídia, disseminando a informação de que ele deve ser a única fonte de alimentação da criança até os seis meses de vida, cabendo à mãe prolongar esse período até os dois primeiros anos da criança. Como exemplo, cita-se um texto retirado de uma campanha publicitária promovida pela Sociedade Brasileira de Pediatria e pelo SUS/Ministério da Saúde/Governo Federal, que traz a seguinte mensagem:

Quando uma mulher fica grávida, ela e todos os que estão à sua volta devem se preparar para oferecer o que há de melhor para o bebê. E nada é melhor do que amamentar. Por isso, amamente seu filho já na primeira hora de vida. Deixe-o mamar o quanto quiser e na hora que quiser. Seu leite é o único alimento de que ele precisa até os seis meses. Só depois comece a dar outros alimentos. Mas continue amamentando até os dois anos ou mais. Amamentar é muito mais que alimentar uma criança. É um importante passo para uma vida mais saudável.

O recorte, que já traria elementos pertinentes para uma análise (mas que não é objeto deste estudo), dá mostras da representação simbólica fortemente construída em torno dessa prática. Não sendo, aqui, o alvo de questionamentos a qualidade dos nutrientes presentes no leite materno, o que é emblemático considerar é como os órgãos governamentais se posicionam unilateralmente frente a essa prática. O movimento discursivo ignora que possa haver mães desejosas de oferecer o seio ao bebê, mas que se veem impossibilitadas por questão de saúde física ou emocional. Ignora, também, que há mulheres que, simplesmente, não desejam amamentar. Eximimo-nos, no momento, de qualquer julgamento sobre uma causa ser mais ou menos nobre do que a outra. O que não deixa dúvidas é o enaltecimento exacerbado em torno da prática da amamentação, que figura como ato legítimo de amor. Fala-se da amamentação como prática instintiva para a qual toda mulher que gera um filho estaria preparada. Metaforicamente, pode-se pensar que a ligação uterina se mantém, ainda que o cordão umbilical tenha sido cortado.

Na contramão desses discursos, Badinter (1985) ousa apresentar, em sua obra, depoimentos de mães (cujo recorte é apresentado na sequência) que, em tese, não poderiam ser proferidos sem que aquela que os disse não fosse severamente punida: “A mãe é uma vaca leiteira que se ordenha sem parar até que se esgote. Meus filhos me sugaram, já não me resta uma gota de vitalidade. Se não se passou por isso, não se pode imaginar o que seja essa solicitação contínua [...]” (BADINTER, 1985, p. 354). *Vaca leiteira, esgotamento, solicitação contínua*, diz a mulher, e mais: *Se não se passou por isso, não se pode imaginar o que seja*. Observa-se, pelo depoimento, a presença de outra formação discursiva: a voz da exaustão verificada alerta para o que não se diz sobre a amamentação. Ato de amor exigente: eis, talvez, o termo que falta, porque o ato de amamentar é tanto ato de amor quanto ato de dispor-se de si, numa condição inimaginável a qualquer pessoa que nunca passou pela experiência. Prazer, sim (intimidade única com a criança), mas também dor (seios doloridos, rachados, com leite que ‘empedra’).

Ousamos afirmar que, ao velar o discurso da amamentação, não expondo as mulheres às implicações dessa escolha cujo gesto deseja-se fazer parecer ‘tão natural’ quanto respirar,

alguma coisa fala junto, de modo que “o não-dito precede e domina a asserção” (PÊCHEUX, 1997, p. 291). Por isso, o repúdio aos discursos homogeneizantes que tornam presas fáceis as mulheres – em especial, aquelas na condição de mãe –, porque “hoje já não podemos saber se a mãe amamenta para proporcionar um prazer tanto a si mesma quanto ao filho, ou para aplacar suas angústias” (BADINTER, 1987, p. 344), instauradas pela culpa de não atender ao seu papel social.

INFORME-SE E DECIDA: EIS UMA QUESTÃO?

Os *corpora* selecionados pertencem a uma campanha publicitária promovida pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, México⁴. A campanha é composta por quatro peças que passaram a circular em metrô, trens, *outdoors*, cartazes, folhetos, materiais audiovisuais e meios de comunicação em geral em meados de julho de 2014. Todo o empenho da campanha se deveu ao interesse do governo mexicano em reverter o quadro que lhe rendeu o título de país com o menor índice de aleitamento materno da América Latina. Segundo a OMS, apenas 14% das mães mexicanas amamentam seus bebês de modo a atender o estabelecido pela OMS como sendo o procedimento mais saudável para a criança, ou seja, de que o leite materno deve se constituir no alimento exclusivo do bebê durante seus primeiros seis meses de vida, estendendo-se até os seus dois anos de idade (ou mais).

Observa-se que a intervenção política em prol do aleitamento materno resultou em uma série de mudanças no quadro legislativo do país até ações mais severas, que passaram a proibir que estabelecimentos de saúde viessem a oferecer amostras grátis de quaisquer tipos de suplementos alimentares às mães cujos filhos não tivessem, no mínimo, completado seis meses de vida. Compreendemos que há, efetivamente, um esforço dos órgãos públicos em garantir direitos à mãe e à criança, entre os quais o de vivenciar o período do aleitamento. A mobilização política mexicana é representativa do discurso que mundialmente vem trabalhando em defesa da causa do aleitamento.

Contudo, sem problematizarmos a temática sob a égide nutricional, cabe destacar que a ordem das preocupações gira em torno dos benefícios para o bebê, que, conseqüentemente,

⁴ Dados da campanha e as peças publicitárias usadas neste texto se encontram no seguinte endereço: <<http://mexico.cnn.com/nacional/2014/07/22/el-gobierno-del-df-lanza-una-nueva-campana-de-lactancia-tras-la-polemica>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

beneficiária à mãe – seja pelo retorno do útero ao seu tamanho normal (consequência do ato de sucção do seio pela criança), seja porque amamentar levaria a mulher a recuperar de forma mais rápida a silhueta perdida. Entre as razões mais ou menos nobres, chama-se a atenção ao silenciamento frente à possibilidade de a enunciação partir, simplesmente, da voz feminina em optar por amamentar ou não. Eis o discurso que parece não existir. O silêncio dessa possibilidade negada à mulher-mãe reforça, de tempos em tempos, a univocidade do discurso já difundido e, em contrapartida, afronta de modo determinista o que de mais caro há no que concerne ao direito do ser humano: o livre arbítrio sobre escolhas, desejos e vontades diretamente, e intimamente, relacionadas ao seu próprio corpo.

Na sequência, aparecem reproduzidas as quatro peças publicitárias pertencentes à campanha em prol do aleitamento materno veiculada pelo governo mexicano. A escolha pelas campanhas desse país, deveu-se a polêmica causada em seu lançamento e a necessidade que o governo teve de (re)colocá-las sob outra ordem discursiva. Na sua primeira edição, dois meses antes do lançamento das peças expostas neste trabalho, a campanha expunha a imagem de uma atleta e três atrizes seminuas, tendo o seio encoberto apenas pelo *slogan* que dizia: *Não lhe dê as costas, dê-lhe o peito*. Essa campanha foi rechaçada tanto por parte das mulheres quanto pelas organizações femininas mexicanas, sendo que, dentre os fatores que levaram as peças a tornarem-se alvo de rejeição, destacam-se: a) o efeito de sentido de ‘culpa’, devido à insinuação de erotização sofrida pelo corpo feminino; e b) o discurso de apoio às mães impedidas de amamentar⁵. Esse descompasso tirou de cena a campanha estrelada por mulheres famosas, e, em seus lugares, as peças foram reestampadas sob outro *slogan* e novas imagens: *sai de cena a imagem de ‘mulher’ e, em seu lugar, entra em cena a de ‘mãe’*. Se, por um lado, houve uma repaginação radical em relação à representação de mãe, por outro, não houve qualquer movimento discursivo no sentido de construir um discurso de amparo às mulheres que não amamentam, seja por quais razões forem.

Evidentemente, esse quadro merece um olhar atento: parece-nos que uma campanha foi rejeitada por duas razões, mas, verifica-se que a nova campanha, se contempla e extingue um discurso, em nada é alterada no que diz respeito ao ‘dito respeito’ às mulheres que não podem amamentar. Pelo contrário, ela evidencia, no traçado imagético delineado, os atravessamentos ideológicos de uma formação discursiva sustentada, primordialmente, pela imagem da mãe que amamenta. Esse indício está enraizado na memória discursiva dos sujeitos sociais. Ela

⁵ Mais informações podem ser buscadas no endereço disponível na nota anterior.

vem ao encontro do discurso necessário para que as mulheres mantenham-se em seus papéis. Nada de novo. Nada transgressor. Obediente ao limite: singelo, simples, austero.



Figura 1. Campanha de aleitamento (México, DF).



Figura 2. Campanha de aleitamento (México, DF).



Figura 3. Campanha de aleitamento (México, DF).



Figura 4. Campanha de aleitamento (México, DF).

É importante analisar o efeito de subjetividade que leva o público-alvo a se reconhecer nas mulheres da segunda campanha, fato que se explica em razão de que “[...] uma das

questões centrais a que se refere à leitura, ao *efeito leitor* como constitutivo da *subjetividade*, é caracterizado pelo fato de que, para que ele se realize, é necessário que as condições de existência desse efeito, estejam *dissimuladas para o próprio sujeito*” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010 [1975], p. 160 – grifos nossos). Esse efeito materializa interdiscursivamente a imagem de mãe que representa no imaginário feminino a mãe em ato de amamentação. O contorno que a campanha ganhou corresponde, portanto, a uma autoimagem de si que a mulher eterniza inconscientemente de modo a perpetuar o discurso já estabelecido devido à ordem de formações discursivas pertencentes tanto ao discurso religioso-cristão, já destacado, quanto ao discurso machista-patriarcal.

Analisar as campanhas a partir dessas considerações implica retomar o afirmado nas reflexões anteriores a esta seção, no que tange ao aliciamento da condição feminina que nega à mulher, sem que ela muitas vezes se dê conta disso, a possibilidade de escolha que lhe caberia fazer para vivenciar uma experiência única e própria, sem a intermediação dos discursos dominantes, cuja censura assenta-se de forma cristalizada na memória social. Castidade por um lado, castração por outro. Frente a essas duas muralhas, muito pouco é permitido. As que ousam subverter os sentidos instituídos não fazem parte, em princípio, das mulheres rotuladas ‘mães’. E, talvez, as ‘estrelas’ da televisão em seus corpos esbeltos efetivamente não façam parte do rol das mulheres comuns (singelas donas de casa e/ou profissionais), indo mais de encontro à imagem da mulher-mãe do que as representando.

Antecipando-nos ao discurso que, de forma simplista, diria que as mulheres se reconhecem da forma como são representadas porque assim o desejam, ou escolheram, urge a reflexão: se efetivamente a segunda campanha obteve êxito, valemo-nos do argumento de que as mulheres, inconscientemente, respondem ao que as formações discursivas dominantes já lhes determinaram dizer, ver e ouvir a seu respeito. Tal discurso permanece na esfera do não-dito, mas, feito prática fascista, impõe-se. O exemplo está posto: na negação de uma imagem, o desejo recalcado fala: a mulher-mãe, sob a ordem natural da vida, é sobreposta unicamente à imagem de mãe.

Reitera-se, portanto, que a representação de mãe nas campanhas é sustentada pela voz de autoridade de um dos aparelhos ideológicos do Estado – no caso, o próprio Estado –, que assegura seu papel de ‘cuidador’, fortalecendo sua face positiva, sobretudo por meio do enunciado *Infórmate y decide*.

Há, nesse enunciado de campanha, uma modalização latente, cuja língua permite tomá-lo como polissêmico, frente à forma linguística injuntiva, que assevera: informe-se e decida. Têm-se, aí, duas vozes que se chocam e se dirigem a lados opostos; lidas a partir de

determinada formação ideológica, certamente, provocariam o seguinte efeito de sentido: o enunciado pertence ao discurso democrático, sustentado pela voz senso comum “quem ama cuida”, por exemplo. Cumpridor do seu papel, o estado oferece à sociedade o direito de tomar conhecimento do tema por meio de uma informação (leia-se, isenta de qualquer juízo de valor), reforçada pelas vozes de autoridade que reiteram os já-ditos sobre os benefícios do leite materno. Mas, a partir de outra formação ideológica, subscrevem-se outros saberes, que denunciam o olhar discriminatório lançado à mulher, justamente sobre um dos momentos mais peremptórios à caracterização da identidade do gênero feminino: a quem foi dada a ‘graça’ da maternidade.

Veja-se que as mulheres das peças carregam traços idênticos: seus corpos se voltam da mesma forma ao bebê; há o mesmo gesto de acolhimento; o ato de amamentar toma sua forma padrão; o ângulo das fotos exalta uma similitude nos perfis das mães que, sob olhares rápidos, poder-se-ia dizer, trata-se de uma única mulher; a ausência de vaidade se revela pelo não uso de brincos, anéis ou gargantilhas; os cabelos presos, ou semipresos, deixam à mostra a face sem indício de maquiagem, que, somados à ausência de vaidade, reforça o desprendimento da mulher-mãe; sua mão cumpre duas tarefas, isto é, a de conduzir o seio à boca do bebê, mas também a de encobrir essa parte do seu corpo, que, necessariamente, despe-se da sexualidade.

Como a língua, a imagem também é opaca, e os deslizamentos de sentido alardeiam a quem efetivamente a campanha se dirige: ao grupo de mulheres pertencentes a determinada classe econômica. Isso é revelado pelas vestimentas simples e pela ausência de cores, que merece atenção: ao serem as mulheres fotografadas em preto e branco, essa preferência torna-se complexamente emblemática no momento, pois, se busca revelar austeridade, revela, também, o não-dito, ou seja, entre a luz e a sua ausência, há uma lacuna. O interdito.

Vê-se, na campanha, a representação patriarcal dominante, em que o Estado assume o papel de homem, que, no caso, apodera-se do corpo feminino ao integrar a discussão sobre o aleitamento materno de forma unilateral e preconceituosa, como a que se configura nas peças. Demarca-se, assim, um espaço social para a mulher-mãe, que sofre pelos atravessamentos ideológicos configurados pelas relações simbólicas postas em cena: a imagem que se vê não é de mulheres amamentando, mas de mães que, com parte do seio à mostra, despidas de qualquer libido, assumem a posição-sujeito esperada, altruísta. A semelhança entre as mulheres confundem-nas, de modo que a compreensão dessa (in)visibilidade implica saber “que há uma relação importante entre o silêncio, a incompletude e a interpretação [...]” (ORLANDI, 1996, p. 11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As polêmicas que giram em torno das problemáticas que envolvem discussões sobre a diversidade é campo de batalha. Sempre cercadas de tabus, moralidades questionáveis, verdades que se abrigam sob pontos de vista de apenas uma parcela da sociedade, o ‘fora do lugar’ é marginalizado. Neste texto, procuramos dirigir o olhar para o gênero feminino, que, tido como ingenuamente ‘no lugar’, é apenas peça cuja função está dada desde seu nascimento. Discutimos, particularmente, entre tantos temas conflituosos que envolvem a mulher, o da amamentação, relegado ao silêncio, como se a sua discussão não fosse profícua, seja por parte em razão das vozes sociais que se rendem a uma única forma de pensar, seja por parte das próprias mulheres, que, de tão afetadas pelo já-estabelecido para elas, perderam a capacidade da ‘recusa’. Se para alguns é exagero ou desrespeitoso dizer que “[...] para amamentar é preciso ‘reaprender a ser um animal’” (BADINTER, 2011, p. 69), compreendemos, desde já, que o desrespeito está, efetivamente, na forma reducionista de compreender o sentido de Ser Mulher.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Trad. Vera Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi et al. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectiva (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989. Disponível em: <<http://moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=39565>>. Acesso em: 10 ago. 2014.